

Um ponto de realismo na área econômica do governo

Brasil

JORNAL DA TARDE
- 6 MAR 1987 -

Voltando à ribalta governamental após um período de ostracismo causado sobretudo por suas públicas divergências com o estilo messiânico do ministro Dílson Funaro e, depois, pela enfermidade, o ministro João Sayad não só parece haver conseguido salvar sua pasta do esvaziamento como também reconquistar a confiança do presidente Sarney. Sayad, que é economista, sentiu-se no dever de propor ao chefe do governo um "plano alternativo de estabilização", preparado com a assistência de seus colegas Francisco Lopes, um dos poucos pais do Plano Cruzado que continuam ativos na administração, e Francisco Vidal Luna, da Seplan.

Ainda não é possível saber se esse documento satisfaz as expectativas de nossos credores externos, que vêm solicitando insistentemente aos responsáveis pela política econômica um programa coerente para enfrentar a anarquia criada pelo fracasso do Plano Cruzado, mas é evidente o contraste entre o tom realista do trabalho de Sayad e o otimismo excessivo da mensagem ao Congresso Nacional enviada pelo presidente da República, para não falar nas fantasias do ministro da Fazenda.

Ciente de que a economia caminha para a recessão, o ministro do Planejamento, apesar de seu viés intervencionista, finalmente se curva à realidade e defende o retorno do País à economia de mercado, porém de forma gradual, isto é, mantendo o controle de preços apenas nos setores oligopolizados (aqueles em que um pequeno número de empresas é responsável pela oferta). Mesmo assim, a proposta de Sayad admite a diminuição gradual desse controle à medida que a demanda pelos bens produzidos por esses setores for mostrando sinais de arrefecimento.

Essa encorajadora reconversão do ministro do Planejamento aos princípios que regem o funcionamento dos mercados, contudo, se choca com a nítida preferência pelo congelamento de preços e salários entre os "técnicos" do Ministério da Fazenda, aos quais se atribui a desinformação, publicada por um jornal ligado ao ministro Dílson Funaro, de que o chamado "Plano Sayad" inclui uma trégua (leia-se congelamento) de preços e salários por 90 dias. Ora, isso é exatamente o que o ministro do Planejamento não deseja, segundo revelaram empresários aos quais ele expôs seus projetos, pois está convencido de que a economia não pode ser novamente engessada, como estariam pretendendo Funaro e sua assessoria.

Ao contrário do que acontece com a maioria dos mais altos funcionários do governo, o ministro Sayad tem consciência da gravidade da situação do País e sabe que para sua correção é indispensável uma sensível redução do desequilíbrio financeiro do setor público, mediante a eliminação dos subsídios e a significativa diminuição das despesas de custeio, mas sem prejudicar os investimentos nos setores essenciais.

Naturalmente, essa declaração de intenções deve estar soando como música a nossos credores. Habitados à seriedade das palavras dos ministros de Estado, muitos deles poderão acreditar no efetivo cumprimento das promessas de mais esse plano. No entanto, como no passado, poderemos estar diante de mais uma tentativa frustrada de conter gastos, principalmente se o presidente Sarney continuar pressionado pelo populismo irresponsável de alguns líderes do PMDB, que em vez de contribuir para a consolidação de nossa incipiente democracia preferem, a pretexto de manter o crescimento econômico a qualquer preço, ignorar os ensinamentos mais elementares da ciência econômica e precipitar o País na recessão. Uma recessão que trará, de novo, o fantasma do desemprego, o desestímulo dos empreendedores e a revolta dos eleitores enganados pelos "êxitos" do Plano Cruzado.

Agora esses políticos do PMDB estão sendo advertidos desse perigo por um de "seus" ministros, que entre outras coisas está propondo também a substituição do gatilho salarial, esse famigerado motor da inflação, por uma política de rendas, que "garanta os trabalhadores contra a corrosão do seu poder aquisitivo", e uma política de longo prazo para o setor produtivo.

Como já se tornou hábito no primeiro governo da Nova República, entretanto, o novo plano do ministro João Sayad não faz, pelo que se sabe até o momento, referência explícita ao papel do setor privado na economia brasileira nessa fase de ajuste. Será que o ministro e seus assessores acreditam que apenas o governo e seu conjunto de empresas estatais merecem uma política? Não seria este o momento de estimular o ingresso de capitais externos e de tecnologias de ponta, a fim de relançar a economia e viabilizar uma expansão moderada nos próximos anos, com base no aumento das exportações e da produção destinada ao mercado interno? E que dizer da agricultura e da indústria nacionais, que hoje estão sentindo o progressivo enfraquecimento da demanda, em razão do aumento da taxa inflacionária e da perda de poder aquisitivo dos consumidores?

A nosso ver, um novo programa econômico deveria antes de mais nada criar condições de estabilidade para permitir um surto de investimentos privados, com medidas efetivas de controle da inflação, entre as quais se incluem, é claro, várias sugestões apresentadas pelo ministro do Planejamento ao presidente da República. Hoje, nosso setor privado está à deriva, sem qualquer sinalização concreta a respeito das intenções do governo. E o mais provável, a persistir esse clima de incerteza, é uma desaceleração rápida das atividades produtivas. Exemplo típico dessa situação é o que está acontecendo na agricultura: com uma safra recorde, da ordem de 64 milhões de toneladas de grãos, o empresariado rural está visivelmente insatisfeito com os preços mínimos e certo de que terá pesados prejuízos. Por isso, caiu verticalmente a procura de tratores, implementos e insumos agrícolas em geral e até mesmo o preço da terra, numa situação que, dentro de um ano, poderá transformar-se em grave crise, pois a atual frustração dos agricultores terá dado lugar a uma terrível escassez de alimentos e matérias-primas.

Não há tempo a perder. Quem acompanha esta coluna sabe que sempre divergimos das teorias do ministro Sayad. Mas não há dúvida de que sua experiência no governo de São Paulo e, agora, em Brasília fê-lo avaliar perfeitamente a distância entre elas — as teorias — e a realidade prática. O presidente Sarney estaria dando uma demonstração de sabedoria se desse mais atenção a quem tem coragem de falar a verdade, com os pés plantados no chão, do que a quem se entrega cada vez mais a devaneios oníricos.